

da multiplicidade de papéis reivindicados pela dinâmica social. Alguns efeitos: perda de autonomia, patologia individual e coletiva, marginalização.

Carrano é um autor ousado! Faz de sua reflexão a afirmação da necessidade e urgente ampliação do horizonte de visibilidade do jovem, como sujeito de aprendizagem. Amplia, portanto, nossa capacidade de compreendê-lo como sujeito de mudança. Amplia ainda os espaços possíveis para as práticas educativas, ao mesmo tempo em que as torna infinitamente múltiplas e complexas no espaço da cidade. Afirma ainda o cotidiano como o espaço/tempo da realização da relação. Por fim (ainda que não seja esse seu objeto de discussão), aponta a necessidade de políticas públicas democráticas de juventude como a mediação possível nas relações entre os sujeitos envolvidos nas práticas educativas.

Um trabalho ousado é aquele que não se furta ao diálogo. Esse não é exceção. A ampliação das possibilidades de compreensão das práticas educativas presentes na relação entre juventudes e cidades educadoras nos instiga a radicalizar as novas possibilidades apontadas pelo autor. Nos provocam a pensar novas questões que alimentem o tema.

Mônica Peregrino

Professora da Faculdade de Formação de Professores da UERJ e doutoranda em educação da UFF

PAIVA, Edil Vasconcellos e PAIXÃO, Lea Pinheiro. *PABAEE (1956-1964): a americanização do ensino elementar?* Niterói: EdUFF, 2002.

O livro *PABAEE (1956-1964)* é produto de uma pesquisa desenvolvida pelas autoras, visando reconstituir his-

toricamente a implantação e o desenvolvimento do PABAEE (Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar), resultante de acordo assinado entre o Brasil e os Estados Unidos, em junho de 1956, tendo por objetivo central a melhoria do ensino elementar brasileiro.

A necessidade de firmar esse acordo surgiu da análise da situação do ensino primário, nos anos 1950: altos índices de evasão e repetência, elevado número de professores leigos e utilização de material didático que não contribuía para o processo de escolarização. O “fracasso” da escola primária brasileira foi atribuído à baixa qualificação do corpo docente. Nesse sentido, a estratégia entendida como mais adequada para a melhoria dos índices de escolarização primária era o investimento na formação do professor primário.

A implantação do PABAEE aconteceu em todo o Brasil, mas as autoras analisaram, de forma mais detalhada, sua presença no estado de Minas Gerais. No projeto de desenvolvimento das propostas de melhoria da qualificação do corpo docente do ensino primário, as escolas normais foram naturalmente identificadas como *locus* privilegiado de implantação de ações para a melhoria do ensino primário. Considerando essa estratégia, o Instituto de Educação de Minas Gerais foi eleito como a instituição-chave para a avaliação das novas propostas pedagógicas.

Com o objetivo de analisar o significado das ações implementadas, as autoras apresentam, no primeiro capítulo, “O PABAEE no contexto mineiro”, os debates político e pedagógico sobre o acordo, que aconteceram na sociedade mineira. No capítulo seguinte, “A perspectiva dos americanos”, mostra o entendimento norte-americano sobre o significado de suas ações em um contexto estrangeiro e as formas de atuação dos “especialistas” com os técnicos e os professores brasileiros. No

capítulo três, “Na implantação, a escola normal como prioridade”, as autoras examinam o processo de implantação do programa de qualificação do professor primário, que atingiu diretamente as escolas normais: O capítulo quatro, “Os cursos de aperfeiçoamento de professores”, trata dessa proposta inserida no programa de qualificação. O capítulo cinco, “Ampliação de objetivos e tensões no Governo Goulart”, analisa os debates provocados pela iniciativa, nesse período marcado pelas reformas populares. O cuidado e o rigor com a reconstituição histórica permitem que as autoras apresentem uma análise segura sobre o significado do acordo técnico norte-americano para o ensino primário nos anos 1950/1960, destacando a perspectiva tecnicista que dominava as reformas inseridas no acordo de colaboração técnica, de um lado, e as preocupações mais culturais que caracterizaram a pesquisa sobre educação desenvolvidas no âmbito do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas. Esse é o conteúdo do capítulo seis, final: “O PABAEE na história do ensino primário: puxando alguns fios”. É válido lembrar que o acordo de assistência técnica americana ao ensino primário foi assinado em meio ao debate nacionalista que dominava o cenário nacional, tanto no campo da política institucionalizada como no campo das idéias. A presença estrangeira, particularmente norte-americana, nos destinos da nação brasileira estava sendo insistentemente questionada e era visível a existência de uma oposição às propostas de “cooperação técnica”.

As autoras mostram, de forma cuidadosa e consistente, todo o esforço realizado, pelos coordenadores americanos e brasileiros, para o convencimento e a coesão em torno de uma aceitação nacional das iniciativas de “cooperação técnica”. Por sua vez, a introdução do PABAEE no contexto social e pedagógico mineiro foi acom-

panhada, também, de investimentos realizados no campo da organização político-institucional e no campo da instituição pedagógica, com os objetivos de conquistar convencer e buscar consenso em torno da proposta.

A análise de Paiva e Paixão sinaliza que, apesar de todo esforço de afirmação do significado e da importância da “cooperação técnica” proposta pelo PABAE, seus coordenadores não conseguiram impedir movimentos, organizados ou não, de reação ao mesmo. A resistência não aconteceu, porém, somente no enfrentamento ideológico e nas esferas de decisão político-administrativo, em particular na Assembléia Legislativa e em setores da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Aconteceu, também, entre professores e especialistas em educação, de forma subjacente, interna e profunda, inserida na dinâmica da vida cotidiana do Instituto de Educação. Professores, pais e alunos, ao se posicionarem publicamente contra as propostas de reformas na organização do Instituto, contribuíram para a não concretização das mudanças como estas tinham sido indicadas.

As alternativas apresentadas pela “cooperação técnica” e o encaminhamento das ações pedagógicas desconheciam a trajetória, a rotina e os compromissos da escola pública brasileira. Ao mesmo tempo, a crítica feita à formação dos professores do ensino primário atingiam diretamente os profissionais do Instituto de Educação que tinham formado os então atuais professores do ensino primário, gerando uma profunda insatisfação desses profissionais.

O trabalho de Paiva e Paixão traz uma importante contribuição não apenas para a história da educação brasileira, bem como para uma reflexão sobre o processo de produção do conhecimento em educação. No que diz respeito à questão da história da educação, ao reconstituir a implantação e o desenvolvimento do PABAE, as autoras

explicitam o significado social e educacional atribuído a esse programa pelos diferentes sujeitos envolvidos. Mostraram o entendimento que os patrocinadores, proponentes, articuladores e coordenadores tinham do acordo. Mostram também as negociações e o convencimento que acompanham a implementação de qualquer nova proposta. Da mesma forma, investigam a presença dos especialistas em educação e docentes no processo de implantação de novas estratégias para a melhoria do ensino primário. Foi claramente mostrada a postura de reação e de resistência do corpo docente às novas sugestões de qualificação do professor do ensino primário. Reação e resistência que nasceram muito mais da perspectiva tecnicista da proposta do PABAE que enfatizava a formação docente, com base no estudo de métodos e técnicas, do que de uma resistência ao novo.

A perspectiva tecnicista marca, na análise de Paiva e Paixão, os objetivos e as ações apresentadas pelo PABAE. Os documentos do acordo, ao salientar em que a melhoria do ensino primário se daria pela qualificação dos professores que formavam os professores que atuavam diretamente nas salas de aula, sugerem que essas ações de qualificação envolvam o estudo, a pesquisa e a criação de alternativas técnico-metodológicas de práticas pedagógicas, bem como a utilização de recursos audiovisuais como condições capazes de promover a aprendizagem. Nessa preocupação com a formação dos professores, o PABAE promoveu a realização de cursos de aperfeiçoamento e especialização, com o apoio do INEP e de outras instâncias do governo brasileiro, assim como de diversos docentes de instituições americanas de ensino.

A análise apresentada mostra que a compreensão que os coordenadores do programa tinham do “fracasso” da escola começava e terminava nas ques-

tões técnico-metodológicas. A ênfase das sugestões e das alternativas estava na criação de tecnologias de ensino, partindo de elementos fornecidos pela psicologia da aprendizagem. O PABAE não considerava, em nenhum momento, o contexto sociocultural no qual estavam inseridos as escolas primárias, seus professores e seus alunos.

Com relação à produção do conhecimento em educação, entendo que o livro *PABAE (1956-1964)*: a americanização do ensino elementar? atende de forma plena as exigências acadêmico-científicas. Atualmente, a investigação sobre o real tem sido realizada com base em horizontes epistemológicos e procedimentos metodológicos alternativos que tratam o cotidiano da ação humana em sua forma mais bruta, como ele aparece ao pesquisador, com uma opção explícita pela negação do modelo tradicional de ciência. Nesse sentido, um aspecto do livro que, no meu entendimento, merece um destaque especial é o rigor acadêmico que as autoras tiveram ao reconstituir a história da implantação do PABAE. Os dados coletados na pesquisa sinalizam a complexidade das relações sociais envolvidas no processo de implantação e desenvolvimento do mesmo.

As pesquisadoras, preocupadas em não realizar uma leitura simplista das informações recolhidas, apresentam uma análise sustentada por documentos e por referências teóricas do processo cotidiano de implantação e desenvolvimento do programa. Mas, mais do que isso, de forma consistente, mostram os procedimentos e as iniciativas de implantação do PABAE e os embates nesse processo não somente em termos políticos, mais amplos, mas no espaço mais difícil para o conhecimento da realidade humana e social: o espaço imediato da ação e da decisão. Elas chegaram até os docentes do Instituto de Educação, até o espaço do debate pedagógico, para argumentar, mais

uma vez, que o PABAEE desencadeou um processo que foi constituído, basicamente, pela busca incessante de consensos, mas definido, principalmente, por muitos dissensos.

Siomara Borba

Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail : siomara@infolink.com.br

SPOSITO, Marília Pontes (org.).

Juventude e escolarização (1980-1998). Brasília: INEP/MEC, 2002, 317p. (Série Estado do Conhecimento n° 7)

Um mergulho em busca do aprofundamento da discussão sobre o tema da juventude na educação é o norte desse estudo, que abarca cerca de 4,4% do total das teses e dissertações produzidas na área da educação, tomando como referência os catálogos de teses de programas de pós-graduação em educação e o CD-ROM da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no período de 1980 a 1998. É fruto do trabalho de um grupo de pesquisadores originários de diferentes instituições, sob a coordenação geral de Marília Sposito (USP e Ação Educativa), com apoio da FAPESP, do CNPq e do INEP. A pesquisa privilegia como recorte o campo da sociologia, embora incorpore os estudos fundamentados no campo da psicologia, considerando a expressiva produção discente na área.

Sposito inicia a obra com o artigo “O estado do conhecimento sobre juventude e educação”, no qual expõe os caminhos investigativos utilizados para tematizar a juventude como categoria sociológica, no campo da educação. De pronto, deixa claro que os esforços para a compreensão nessa categoria sejam de

difícil configuração, pois os critérios que a constituem, enquanto sujeitos, são de ordem histórica e cultural (p. 7). Faz, para tanto, uma revisão exaustiva de vários autores, dentre eles Pais, Dubet, Donfut, Salem, Melucci, Peralva e Viana, que se destacaram por indicar que a juventude, como categoria sociológica, está imbricada por uma tensão indissolúvel entre a idéia de *fase* ou *ciclo de vida*, com contornos socioculturais e *modos de inserção* na organização estrutural da sociedade. O referencial teórico produzido por Sposito permite, portanto, perceber a polissemia como questão inerente à investigação sobre juventude, enfatizando a busca pela compreensão dos *modos de ser* da juventude existente. A autora explicita, a seguir, os dados e os critérios adotados para a produção teórica do estudo que identificou, analisou e descreveu, num conjunto de cerca de 332 dissertações e 55 teses, e anexa tabela relativa à distribuição das mesmas por orientadores.

Os autores dos artigos seguintes examinam de modo mais específico os sete eixos articuladores da produção, os percursos investigativos, suas orientações metodológicas, atributos positivos e lacunas. O estudo sobre “Aspectos psicossociais dos adolescentes”, realizado por Maria Cecília Cortez C. Souza (USP), abre o conjunto centrado na análise da produção acadêmica que privilegiou o diálogo com a psicologia da educação, especialmente a partir da década de 1980, representando 19,7% dos temas encontrados nas teses e dissertações. Essa produção enfatiza o exame dos aspectos psicossociais do comportamento dos adolescentes, envolvendo valores, julgamento moral, capacidade crítica, sexualidade, representações, drogas, relações familiares, gênero e identidade.

A relação do jovem com a escolarização é detidamente recuperada nos três artigos seguintes, que abordam res-

pectivamente a perspectiva do aluno do ensino fundamental e médio e a experiência do aluno da educação básica e de estudantes universitários que trabalham (jovens no ensino superior). O artigo “Juventude e escola”, de Juarez Dayrell (UFMG), analisa os resultados da ação escolar do ponto de vista dos jovens. O avanço dos estudos nesse campo tem apontado para a compreensão das culturas juvenis, embora o autor destaque a pouca tematização da categoria sociológica da juventude na pesquisa educacional. Neles, prevalece os aspectos estritamente pedagógicos, reduzindo o jovem à condição de aluno, sem considerar as múltiplas dimensões da experiência escolar e sem problematizar o jovem no espaço urbano e indicar as práticas educativas para além da escola.

Em “Jovens no mundo do trabalho e escola”, Maria Carla Corrochano (doutoranda da USP) e Marilena Nakano (da Fundação Santo André) revelam como a partir da década de 1980/1990, os estudos do campo trabalho-educação vão influenciar o alargamento do olhar sobre a juventude trabalhadora para além do espaço escolar, incorporando, fundamentalmente, a dimensão do trabalho nas análises sobre a escola, especialmente as de nível médio, no bojo da política educacional e da nova LDB. Indica ainda a profunda ausência de estudos sobre o jovem desempregado no Brasil (como ele vive e suas ocupações no mercado informal, por exemplo).

Em “Estudantes universitários”, Paulo César Rodrigues Carrano (UFF) destaca a concentração de estudos sobre o tema na década de 1980, possivelmente pela busca de compreensão dos efeitos da Reforma Universitária que provocou a ampliação da oferta de ensino superior privado, sobretudo noturno, e alterou as formas de acesso por meio de mudanças nos exames vestibulares, além da forte presença dos debates em torno da autonomia universitária no contexto de redemocratização da sociedade brasi-